

A Biopolítica Enquanto Potência da Vida: Contrapoder e os Biopoderes Contemporâneos

Manuel Menezes

The globalisation that we are currently living is not only extensive (delocalisation, global market) but also intensive: it involves cognitive, cultural, affective and communicative resources (the life of individuals) as much as territories, genetic heritage (plants, animals, and humans), the resources necessary to the survival of the species and the planet (water, air, etc). It is about putting life to work

Maurizio Lazzarato 2004

O REEQUACIONAR DA BIOPOLÍTICA ENQUANTO BIOPOTÊNCIA

Neste ensaio, o meu objectivo é desenvolver uma análise crítica das perspectivas de Michael Hardt e Antonio Negri acerca da actualidade. Tomando como ponto de referência os trabalhos de autores franceses, como Michel Foucault e Gilles Deleuze, é, desde logo, possível assinalar pontos de intersecção significativos com (i) as cogitações desenvolvidas por Foucault relativamente aos biopoderes e (ii) as exegeses deleuzeanas conexas com as mediações presentes na 'tran-

sição' das sociedades disciplinares para as sociedades de controlo¹. As análises destes autores são de extrema importância para a compreensão das tendências² – sobrevalorizadas na minha opinião – actualmente existentes em direcção à formação e estruturação de um novo quadro político onde, em consequência de um desvanecimento em crescendo da soberania nacional, estão a surgir novos mecanismos de poder denominados pelo 'poder imperial'.

Comungando parcialmente³ das exegeses desenvolvidas por Gilles Deleuze (2003), também, para estes autores, a sociedade disciplinar⁴ – característica da 'primeira fase de acumulação capitalista no seu conjunto' – foi dando lugar (na transição entre o ocaso da modernidade e o surgimento do pós-moderno) a um novo *modus operandi* do poder típico das sociedades de controlo, quer dizer, a um modelo societário onde os 'mecanismos do domínio exercido se tornam cada vez mais 'democráticos', cada vez mais imanentes ao campo social, difundindo-se no cérebro e no corpo dos cidadãos' (Hardt e Negri 2004: 40)⁵. Desta forma, não se encontrando mais localizado no aparato estatal, os efeitos do biopoder, anteriormente parciais – e aos quais se encontrava associada uma resistência individual – vão-se

¹ Para uma análise aprofundada das mediações presentes nestes dois pontos de vista, ver Manuel Menezes 2006.

² Com o intuito de refutar as críticas de falta de apresentação de dados empíricos em abono das teses defendidas, Antonio Negri e Michael Hardt argumentam, de modo simplista, que, ao falarem em tendências, a sua preocupação principal não é a mostrar a predominância das mesmas em termos quantitativos (Negri e Hardt 2004).

³ Como teremos oportunidade de verificar, as afinidades entre ambos os discursos não invalidam a presença de um distanciamento quanto às possibilidades de resistência e ao modo de operacionalização das mesmas.

⁴ Para uma caracterização da mesma, ver Michel Foucault 1975.

⁵ Do enunciado não deve, no entanto, deduzir-se a existência de uma similitude de leituras, pois, Antonio Negri, contrariamente a Gilles Deleuze, não advoga uma transição pura, mas antes a existência de uma sobreposição de distintas formas de dominação na experiência actual. Por conseguinte, socorrendo-se das mutações ocorridas na esfera do trabalho, assinala a coexistência de ambas na actualidade: 'a disciplina é o que, na época contemporânea, cobre todo o tecido social por intermédio da taylorização do trabalho, dos modos fordistas de estímulo ao consumo e controlo salarial do consumo, até se organizar nas modalidades macroeconómicas das políticas keynesianas. O controlo, por sua vez, remete para o governo das populações por meio de dispositivos que abarcam colectivamente o trabalho, o imaginário e a vida. Actualizando o discurso, podemos afirmar que a passagem da disciplina ao controlo é visível na actualidade por via da passagem do fordismo ao pós-fordismo' (Negri 2004: 84-85).

totalizar na sociedade de controlo⁶ e criar novas subjectividades. O poder, ao ‘tomar de assalto a vida’, acaba por penetrar completamente as ‘consciências e os corpos dos indivíduos, ao ponto de se ocupar deles e de os organizar na totalidade das suas actividades’ (Hardt e Negri 2004: 41). Isto é, segundo a aceção destes autores e neste modelo societário, a totalização do controlo exercido pelo poder sobre os corpos e as mentes conduz à elisão das mediações anteriormente existentes entre o poder e as subjectividades e, por consequência, a que o ‘poder sobre a vida’ atinge dimensões nunca antes experienciadas: ‘o biopoder é um outro nome da subsunção real da sociedade sob o capital, e, como ela, sinónimo de ordem produtiva globalizada’ (idem: 399)⁷.

Interessa acrescentar que os discursos em análise, com esta argumentação, não pretendem, no entanto, afirmar que nos encontramos em face de um processo unidimensional potencialmente totalitário. Consequentemente, a despeito de assinalarem a importância das análises foucaultianas para a percepção do modo de funcionamento dos mecanismos de poder imperiais, elas vão ser retomadas criticamente por Michael Hardt e Antonio Negri. Criticamente, porque, para além de demonstrarem algumas reticências relativamente ao pessimismo mediador das mesmas, concluem serem essas análises insuficientes para dar conta da realidade actual, dada a sua incapacidade para apreender ‘a dinâmica real da produção na sociedade biopolítica’ (Hardt e Negri 2004: 45). Noutros termos, para estes autores, Michel Foucault mostra-se insuficiente, porque, ao valorizar essencialmente a totalização dos efeitos do biopoder, não dá conta das fragilidades inerentes a esse processo⁸, fragilidades essas que permitem a abertu-

⁶ Não obstante o ‘carácter construtivo’ consubstanciar a dimensão essencial do biopoder, o seu ‘carácter destrutivo’ não deve ser menosprezado, porquanto, no seu sentido mais negativo, ‘o biopoder detém não só o poder da destruição em massa da vida, [...] mas também o da violência individualizada. Na sua forma extrema de individualização, o biopoder transforma-se em tortura’ (Negri e Hardt 2004: 32).

⁷ Funcionando em estreita proximidade com o capital, à medida que este se estende a todos os lugares, também a lógica do biopoder se propaga, promovendo a elisão do seu exterior (Negri e Hardt 2004).

⁸ Pessoalmente, julgo que, não obstante a sua mediaticidade, esses traços se encontram presentes no discurso foucaultiano, só que, infelizmente, Michel Foucault não teve tempo para os desenvolver tanto quanto, muito provavelmente, desejaria. No mesmo sentido caminha a interpretação de Pál Pelbart, afirmando que, desde muito cedo, Michel Foucault ‘intuiu que aquilo mesmo que o poder investia prioritariamente – a vida – era precisamente o que doravante ancoraria a resistência a ele, numa reviravolta inevitável’ (Pelbart 2003: 13).

ra de novas possibilidades de insurreição.

Desta forma, a superação destas lacunas só será viável por intermédio de uma análise que busque captar ‘os meios e as forças de produção da realidade social, bem como as subjectividades que a animam’ (idem: 39). Uma análise onde, em consequência, contrariamente a Michel Foucault – que, de um modo genérico, utilizou indiferenciadamente ambos os conceitos⁹ – a biopolítica seja dissociada do conceito de biopoder¹⁰, porque o uso indiferenciado dos conceitos condiciona a apreensão das possibilidades de resistência que vão surgindo ao longo do processo de totalização dos efeitos do biopoder¹¹. Por outras palavras, a captação dessas possibilidades, a apreensão da vida enquanto espaço de contrapoder, só será viável a partir do momento em que se proceder a uma politização do conceito de biopolítica, politização essa realizada por via da transmutação e, consequente apreensão da biopolítica como agente subversivo do biopoder. Como dizendo respeito à ‘potencia da vida’ que se rebela contra ‘o poder sobre a vida’, ‘[...] como a capacidade inerente à vida de resistir ao biopoder, capacidade essa que, no fundo, explicita a potência da vida (capacidade de criação, invenção, produção, subjectivação) face aos investimentos poder’ (Negri 2003: 63)¹².

Em suma, ao defenderem a necessidade de uma biopolítica afirmativa que, produzindo subjectividade, potencie o sujeito, Michael Hardt e Antonio Negri dão conta não só da realização total do poder

⁹ Para se fazer justiça, deve-se afirmar que o termo biopolítica emerge de um modo esparso no discurso foucaultiano, pois, o seu objectivo principal era a análise do modo como os biopoderes se foram plasmando pelo corpo social. Neste sentido, não descurando a assimilação estabelecida pelo discurso foucaultiano entre as noções de biopolítica e biopoder, a primeira pode ser melhor captada como o conjunto que engloba os diversos biopoderes.

¹⁰ Neste sentido, ‘fala-se de biopoder quando o Estado exerce o seu domínio sobre a vida por via das suas tecnologias e dispositivos; pelo contrário, fala-se de biopolítica quando a análise crítica da dominação se faz a partir do ponto de vista das experiências de subjectivação e de liberdade [...], i.e., quando se toma em consideração] os espaços onde se desenvolvem as relações, lutas e produções de poder’ (Negri 2004: 86-87).

¹¹ Segundo a acepção de Antonio Negri, a fragilidade mediadora de todo o processo reside no facto de ‘quando o capital investe a vida inteira, a vida revela-se como resistência’ (Negri 2004: 235).

¹² Com este passo, a vida, sendo reequacionada em novos moldes, ‘deixa de ser definida apenas a partir de processos biológicos que afectam a população, e passa significar uma virtualidade molecular da multidão, energia a-orgânica, desejo, poder de ser afectar e ser afectado. Ou seja, inclui a sinergia colectiva, a cooperação social e subjectiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea, o intelecto geral’ (Pelbart 2003: 134).

enquanto biopoder no Império, mas também da potência contida nos corpos e nas mentes. Ou seja, o facto de estes se consubstanciarem como um locus de opressão não invalida o extravasar da potência por eles contida e, por conseguinte, a sua emergência enquanto propulsores de emancipação e libertação. Em epítome, a par do poder *sobre* a vida (biopoder), há que valorizar, positivamente, o poder *da* vida (biopotência).

Descontando o extremo optimismo mediador de todo o discurso, penso ser este um dos pontos mais positivos da perspectiva negrihardiana, visto, não obstante Hardt e Negri sinalizarem a totalização do biopoder sobre a vida, nos legam uma réstia de esperança por intermédio das potencialidades biopolíticas. Isto é, independentemente de o Império plasmar uma sociedade mundial de controlo, aqueles autores advogam a possibilidade de lutar e, por consequência, escapar a esse mesmo controlo. A definição do Império como regime biopolítico implica, no fundo, um duplo sentido: ‘significa reconhecer que nele o poder sobre a vida atinge uma dimensão nunca vista, mas por isso mesmo nele a potência da vida se revela de maneira inédita’ (Perbart 2003: 83).

TRAÇOS DO PODER IMPERIAL

A perspectiva negrihardiana, instigante e, até certo ponto, polémica¹³, é desenvolvida de um modo mais aprofundado nas obras *Império* e *Multidão* surgidas na esfera pública em 2000 e 2004 respectivamente. Mau grado a sua história milenar, segundo os autores, somente na actualidade – coincidindo historicamente com a sociedade de controlo deleuzeana, cuja configuração contemporânea os autores buscam descrever¹⁴ – é que se assiste, pela primeira vez, à materialização de um ‘processo constituinte’ tendente à realização integral do conceito de Império; realização essa que, pressupondo o domínio do capital sobre a totalidade e, por conseguinte, a interiorização do exterior, conduz à elisão da cisão anteriormente existente entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ do Império. Deste modo, tendo como pano de fundo

¹³ Para uma análise crítica de algumas das teses presentes em *Império*, entre muitos outros, ver Charles Tilly (2003) e Giovanni Arrighi (2003).

¹⁴ Segundo o próprio discurso de Antonio Negri, ‘a sociedade de controlo é o horizonte no qual se desenvolve a potência imperial’ (Negri 2005a: 22).

o processo de globalização em que nos encontramos, o Império¹⁵, concentrando os poderes anteriormente detidos pelos estados-nação¹⁶, surge, então, como uma forma política sem confins – sem lugar, nem

¹⁵ O Império não deve ser confundido com o imperialismo, porque, contrariamente a este (captado como uma especificação da soberania) que pressupunha uma expansão da soberania do estado-nação e, por consequência, do seu poder absoluto para além das suas fronteiras territoriais, o Império – sinalizando uma ruptura radical do vínculo até agora existente entre a ‘ordem política e social’ e o ‘espaço’ – assenta grandemente no enfraquecimento/reestruturação dos poderes anteriormente adstritos ao estado-nação (Hardt e Negri 2004; Negri 2005a). Seguindo este raciocínio, Negri e Hardt opõem-se às teses daqueles que indicam os EUA, positivamente como a ‘superpotência única’ ou, negativamente, como o ‘opressor imperialista’. Embora não menosprezando a importância detida pelos EUA na actualidade e apesar de reconhecerem que se constitui como um ‘território privilegiado para o desenvolvimento do império’ – sobre este aspecto, ver a análise desenvolvida pelos autores relativamente à ‘pirâmide da constituição global’ (Hardt e Negri 2004: 342-348) – advogam radicalmente que ‘os Estados Unidos não constituem o centro de um projecto imperialista; e, na realidade, nenhum Estado-nação pode hoje fazê-lo. O imperialismo acabou. Nação alguma será doravante uma potência mundial nos termos em que foram as nações da Europa moderna’ (Negri e Hardt 2004: 14, itálico original; ver também Negri 2004). Resta acrescentar que, pessoalmente, tenho algumas reticências em aceitar taxativamente esta perspectiva, bastando para tal as recentes intervenções norte-americanas no Afeganistão e no Iraque (decididas unilateralmente) que sinalizam o tipo de interesses em jogo, i.e., os dos EUA e das multinacionais americanas e não tanto, como Negri e Hardt defendem, a protecção – por via de um policiamento global – dos interesses gerais tendo em vista o bem comum: ‘a importância da Guerra do Golfo deriva antes do facto de ter apresentado os Estados Unidos como a única potência capaz de administrar a justiça internacional, *não em função dos seus motivos nacionais, mas antes em nome do direito global*’ (Negri e Hardt 2000: 205; itálico original). Para uma leitura similar, ver Michael Rustin (2002). Na verdade, foi este, aliás, o argumento utilizado para justificar a invasão do Iraque, mas todos sabemos qual foi o resultado final, devendo, por isso, ser assinalada a falsidade da ideia de que o Império não tem centro; para uma análise de como as características imperiais dos EUA são visíveis por via do que o autor denomina de ‘cyberwar’ (ver Paul Virilio 2001).

¹⁶ Estes, como terei oportunidade de assinalar, não são encarados com muita simpatia, no entanto, no âmbito da ‘pirâmide da constituição global’, ainda lhe são consignadas ‘algumas funções’, designadamente: ‘a *mediação política* no que se refere aos poderes hegemónicos globais, a *negociação* no que se refere às firmas transnacionais e a *redistribuição de rendimentos* de acordo com as necessidades biopolíticas no interior dos seus territórios limitados. Os Estados-nação são *filtros do fluxo* da circulação global e *reguladores* da articulação do comando global; por outras palavras, captam e distribuem fluxos de riqueza a partir do poder global e para ele, ao mesmo tempo que, tanto quanto é ainda possível, disciplinam as populações’ (Negri e Hardt 2000: 344, itálico acrescentado; ver também Negri 2004: 93 e ss.). Essas funções, por mínimas que sejam, revelam, na minha opinião, que os estados-nação ainda detêm no ‘quadro do Império’ uma importância maior do que aquela que o discurso lhe pretende atribuir.

centro ou periferia –¹⁷ ou, mais precisamente, como a forma política subjacente ao actual mercado global. Caracterizando-se pela ausência de fronteiras espaço-temporais, por um paradigma de poder capilar que investe a ‘totalidade da vida social’¹⁸ e sendo constituído por identidades híbridas e flexíveis, o Império ou, o que vai dar ao mesmo, a nova ‘forma global de soberania’, emerge como ‘um aparelho *descentralizado* e *desterritorializante* de governo, que integra progressivamente o espaço do mundo inteiro no interior das suas fronteiras abertas e em expansão permanente’ (Hardt e Negri 2004: 12; itálico original).

Explicitando, e seguindo de um modo clarividente as leituras deleuzeanas no concernente à estruturação do espaço nas sociedades de controlo, uma ideia central a todo o discurso de Michael Hardt e Antonio Negri é a de o espaço imperial emergir como um espaço que se tem vindo progressivamente a alisar. Assim sendo, indiciando a erosão das fronteiras estatais, a supressão das diferenças, o ‘espaço contínuo e uniforme’ do Império – em grande parte, resultado da realização do capital no mercado mundial – por um lado, consubstanciar-se-ia como um espaço facilitador do deslizamento das subjectividades e, por outro, teria conduzido, em resultado da ‘descentralização da produção e da consolidação do mercado mundial’, às seguintes duas consequências. (i) A diminuição da importância anteriormente adstrita às diferenças existentes entre países centrais, periféricos e semi-periféricos e/ou entre Norte e Sul, visto a tendência manifesta no sentido de aproximação de uns em relação aos outros. (ii) A perda da pertinência anteriormente detida pelo ‘Terceiro Mundo’, porquanto, ‘as divisões espaciais entre os três ‘mundos’ (o primeiro, o segundo e o terceiro) esbateram-se a tal ponto que descobrimos a todo o momento o primeiro no terceiro, o terceiro no primeiro e o segundo quase em parte nenhuma já’ (Hardt e Negri 2004: 13).

Como é lógico, este tipo de conclusões encontram-se imbuídas de significativa controvérsia. No respeitante ao deslizamento das subjectividades, apesar de o posicionamento defendido não poder ser

¹⁷ De acordo com os autores, no ‘espaço liso do Império não há *lugar* de poder: este está ao mesmo tempo em toda a parte e em nenhuma. O Império é uma *utopia*, ou seja, um *não lugar*’ (Hardt e Negri 2000: 215, itálico original).

¹⁸ O biopoder, enquanto capacidade detida pelo poder de se estender a todos os aspectos da vida, emerge como ‘uma forma de poder que rege e regulamenta do interior a vida social, seguindo-a, interpretando-a, assimilando-a e reformulando-a’ (Hardt e Negri 2000: 41)

considerado desconcertante, penso serem os conflitos e/ou as resistências práticas mediadoras desses fluxos mais profundos do que os autores pretendem dar a entender. Quanto à pretensa erosão do fosso anteriormente existente entre a pobreza (do terceiro mundo, países do sul e/ou periféricos) e a riqueza (do primeiro mundo, países do norte e/ou centrais), a questão complexifica-se muito, visto a análise de alguns dados empíricos ser suficiente para desmentir categoricamente o argumento apresentado. Em abono do referido, é suficiente sinalizar, de um modo muito sinóptico, as diferenças existentes entre alguns países europeus quanto à representatividade dos seus cidadãos em risco de e/ou em situação de pobreza em 1997, i.e., enquanto em Portugal, Grécia e Espanha (países do sul) a taxa de pobreza era de 24%, 23% e 20% respectivamente, em países nórdicos como a Suécia, Finlândia e Dinamarca, essa mesma taxa não ultrapassava os 9%, 8% e 8% respectivamente (European Communities 2002). Um outro exemplo é fornecido por Peter Townsend e David Gordon, segundo os quais a ‘polarização social’ é o maior problema estrutural que o mundo enfrenta na actualidade: ‘o ratio entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos da população mundial situava-se, em 1960, em 30:1. Segundo os cálculos mais recentes do PNUD, ele cresceu para 73:1’ (1999: 5)¹⁹.

MEDIAÇÕES HISTÓRICAS DA EMERGÊNCIA DO IMPÉRIO

Não obstante considerarem o colapso da União Soviética e a queda do muro de Berlim como contributos importantes para o desenvolvimento do Império, Hardt e Negri não ponderam terem sido estes acontecimentos os principais promotores do novo paradigma. O ‘fundamento determinante’ de tal processo encontra-se não nas contradições internas do capitalismo, mas, curiosamente²⁰, num acentuar, acumular de lutas várias ocorridas algumas décadas antes, nomeada-

¹⁹ Para uma argumentação similar, ver Giovanni Arrighi (2003).

²⁰ Ou talvez não, se não descurarmos ter sido Antonio Negri um dos mentores do ‘operarismo’ italiano. De acordo com essa corrente teórica marxista italiana, a explicação primeira para a evolução tecnológica do capitalismo deveria ser buscada na luta de classes. Assim sendo, subordinando a dinâmica do capital à acção do sujeito, as mutações ocorridas na transição do fordismo/taylorismo para o pós-fordismo/pós-taylorismo deveriam ser explicadas por intermédio da análise das lutas levadas a cabo pela classe operária.

mente as desencadeadas na Europa principalmente, mas também em outros espaços do globo, a partir dos anos 1960. Ou seja, nas lutas estudantis, feministas, operárias que, de um modo genérico, se opuseram aos regimes disciplinar e imperialista então predominantes. Dito de outro modo, absolutizando a importância das lutas, segundo a argumentação encetada no discurso, o desenvolvimento do Império, tal como Michael Hardt e Antonio Negri o descrevem, dificilmente teria ocorrido caso essas lutas não tivessem existido, visto terem sido as mesmas a obrigar – em consequência das crises por elas propugnadas – o capital a reagir, no sentido de rever o ordenamento de poder então existente. Esta reacção, em última instância, acabaria, segundo aqueles autores, por facilitar a mudança de paradigma: ‘o longo ciclo das lutas contra os regimes disciplinares alcançava a maturidade [nos anos 1970] e forçava o capital a modificar as suas próprias estruturas e a sofrer uma mudança de paradigma’ (Hardt e Negri 2004: 290; ver também Negri 2004: 25-26, Negri 2005b: 233-234, Arrighi 2003: 39)²¹.

Seria, então, no quadro das reestruturações que tiveram lugar, a partir da década de 1970, no modo capitalista de produção que, segundo a aceção de Hardt e Negri, viria a ser gradualmente gerado um dos traços fundamentais que medeia a ‘soberania imperial’, i.e., a ‘hegemonia do trabalho imaterial’²² – um trabalho que, não se limitando à produção de bens concretos, ‘produz produtos imateriais, como são a informação, os conhecimentos, as ideias, as imagens, as relações e os afectos’ (Hardt e Negri 2005: 77; ver também Hardt e Negri 2004: 323). Sinalizando uma inversão da ‘estrutura da comunicação entre a produção e o consumo’, o trabalho imaterial passa a situar-se, então, na encruzilha-

²¹ Penso ser correcta a interpretação de que, para os autores em análise, foram essas lutas as propulsoras principais da abertura das primeiras fracturas na estrutura do estado de bem-estar, fracturas essas de que o capital se teria aproveitado para levar a cabo os seus propósitos neoliberais de desmantelamento desse modelo de estado. Pessoalmente, tenho sérias reticências em aceitar este ponto de vista.

²² Visando defender-se das críticas que lhes foram endereçadas no sentido da pouca representatividade deste tipo de trabalho na actualidade, argumentam, mais uma vez, que pretendem essencialmente sinalizar a sua supremacia qualitativa: ‘quando afirmamos que o trabalho imaterial tende a ocupar uma posição hegemónica, não estamos a dizer que hoje a maior parte dos trabalhadores do mundo produz fundamentalmente bens imateriais. [...] A nossa tese é, antes, que o trabalho imaterial se tornou *hegemónico em termos qualitativos* e tem tendencialmente impresso a sua marca sobre as outras formas de trabalho e sobre a própria sociedade’ (Negri e Hardt 2000: 117).

da/cruzamento ou, de modo mais adequado, constitui a interface da nova relação entre a produção e o consumo, ralação essa que é activada e organizada por ele por intermédio da comunicação (Lazzarato 1996: 138)²³. O acto de consumir passa a ser, em si mesmo, produtivo, vista, como já sinalizado anteriormente, a satisfação de necessidades, a opção por determinados serviços e/ou produtos propugnar a produção de informações, dados, que virão a revelar-se essenciais para a tomada de decisões dos sectores produtivos. Explicitando: embora, tradicionalmente, este tipo de acções fossem associadas à esfera privada, com a diminuição das distinções entre os espaços do trabalho e a vida doméstica, por um lado, e, da fábrica como espaço de trabalho e a casa como espaço de lazer²⁴, por outro, advoga-se a necessidade de, actualmente, o próprio consumo ser reconhecido como uma forma de trabalho. Num contexto matizado por interconexões entre o trabalho e a vida cada vez mais difusas, ‘o consumo é, antes de mais, consumo de informação. O consumo não é mais somente a ‘realização’ de um produto, mas um processo social real que actualmente é definido com o termo comunicação’ (Lazzarato 1996: 140; ver também Lazzarato 2004).

Consequentemente, as metamorfoses ocorridas na esfera do trabalho, e o aumento consistente da representatividade deste tipo de trabalho no capitalismo contemporâneo, podem, de acordo com Maurizio Lazzarato (1996), ser justificados, tomando por base as mudanças ocorridas no processo de trabalho²⁵. Essas mutações, re-

²³ A passagem do modelo fordista para o toyotista, evidencia, por um lado, a substituição de uma ‘relação mais ou menos muda’ entre a fábrica e o mercado – assente na produção em massa de certas mercadorias e com pouca atenção prestada às necessidades do mercado – por uma interacção matizada por uma ‘comunicação rápida’. Por outro lado, a transição entre estes dois modelos evidencia uma inversão da estrutura comunicacional anteriormente predominante, na medida em que, ‘pelo menos em teoria, a decisão de produzir passa a vir depois e a constituir uma reacção à decisão do mercado’, i.e., a garantia de venda sobrepõe-se à manufatura do produto (Negri e Hardt 2000; ver ainda Zygmunt Bauman 1999 e Maurizio Lazzarato 1996). Ou explicitando por outras palavras, previamente à sua produção, ‘vende-se’ a ideia do produto.

²⁴ Indistinção essa facilitada e promovida pelas novas tecnologias, de entre as quais se destacam o computador e o telemóvel.

²⁵ Neste processo, o operário profissional deu lugar ao perito em computadores, a esteira rolante característica do fordismo foi substituída pelo trabalho estruturado em rede e, por conseguinte, em vez de uma estrutura de comando hierarquizada, encontramos trabalhadores auto-disciplinados e cooperantes. Interessa assinalar que, tal como os seus antecessores, também os actuais trabalhadores da esfera imaterial são alvo de distintas formas de exploração, residindo, portanto, neste aspecto, segundo a aceção dos autores, a sua potência revolucionária, porquanto, distintamente daqueles, eles são detentores das ‘armas’ necessárias ao desencadear do processo.

metendo, por um lado, para o ‘conteúdo informacional da mercadoria’, traduzem uma exigência crescente na implementação de habilidades conexas com a cibernética e o controlo computacional e, por outro, remetendo para o ‘conteúdo cultural da mercadoria’, indiciam a inclusão nesse mesmo processo de actividades normalmente não reconhecidas como dizendo respeito ao trabalho - nomeadamente, as ‘actividades envolvidas na definição e fixação de padrões culturais e artísticos, modas, gostos, normas de consumo e, mais estrategicamente, a opinião pública’ (idem: 133).

Se, anteriormente, os conteúdos do trabalho eram essencialmente materiais, agora, com a importância crescente da informação e comunicação em todos os estádios do processo produtivo, tanto o trabalho como as condições de reprodução tendem a tornar-se cada vez mais corpóreas e, por isso mesmo, plasticizáveis, ou seja, mais intelectuais, cognitivas, comunicativas, relacionais e afectivas (Negri 2005a; Negri 2005b)²⁶. Consequentemente, este tipo de trabalho pode assumir duas modalidades (usualmente interconectadas). Por um lado, o mesmo é observável por via da crescente incorporação no processo produtivo das tecnologias de comunicação informatizadas que, em última instância, conduziram à emergência de um trabalho ‘fundamentalmente intelectual ou linguístico, como a resolução de problemas, as tarefas simbólicas e analíticas e as formas de expressão linguística’ (Hardt e Negri 2005: 115). Por outro lado, os serviços de saúde/sociais, as ONG’s, a indústria de diversão, os gabinetes de advocacia, entre outros, desenvolvem o que aqueles autores denominam de ‘trabalho afectivo’, i.e., ‘um trabalho que produz ou manipula afectos [ou, se preferirmos, produtos existenciais intangíveis, tais] como um sentimento de conforto, bem-estar, satisfação, excitação ou paixão’ (idem: 116).

²⁶ Com esta asserção os autores não pretendem afirmar o desaparecimento da materialidade do trabalho, pois, como nos advertem, a dimensão material mantém-se como uma das dimensões constitutivas do trabalho imaterial, quer dizer, ‘o trabalho implicado em qualquer produção imaterial continua a ser material: implica os nossos corpos e os nossos cérebros do mesmo modo que todo e qualquer trabalho. O que é imaterial é o seu produto’ (Negri e Hardt 2004: 116).

A partir do exposto, Michael Hardt e Antonio Negri concluem, então, que, mau grado os traços negativos mediadores do trabalho imaterial²⁷, o mesmo contém potencialidades imensas, porque, ao se intrincar na produção e reprodução da sociedade global, no mesmo processo em que passa a exigir a cooperação produtiva para a sua realização, acaba por produzir directamente relações sociais, ou seja, é um trabalho que pode ser denominado de biopolítico, dado produzir formas de vida social e subjectividades: ‘a nossa maneira de ser, a nossa maneira de ver o mundo, a nossa maneira de interagir, todos esses aspectos são criados por meio da produção social e biopolítica’ (idem: 2005: 78).

ESTRATÉGIAS E ACTORES DA RESISTÊNCIA AOS BIOPODERES

O campo crítico apresentado ocupa um papel central, ao longo de toda a argumentação de Negri e Hardt, porque será a partir do mesmo que irão ser delineadas as estratégias de resistência ao Império. Isto é, não obstante assinalarem as novas formas de exploração produzidas pelas mutações ocorridas na esfera do trabalho, aqueles autores realçam como aspecto positivo o facto de, no âmbito do trabalho imaterial, o indivíduo passar a deter um poder anteriormente fora da sua posse. Não é mais necessário que alguém forneça os instrumentos de trabalho – elidindo-se, por consequência, o hiato anteriormente existente entre as forças produtivas e os meios de produção – porque os indivíduos passam a transportar consigo os instrumentos necessários à sua produção, pois é o próprio cérebro que, ao incorporá-los, se consubstancia como um instru-

²⁷ Embora explicados de um modo clarividente, penso que os mesmos, no conjunto do argumento desenvolvido, são menosprezados comparativamente às potencialidades inerentes a este tipo de trabalho: ‘as condições contratuais e materiais do trabalho imaterial, que tendem a difundir-se e a ser aplicadas no conjunto do mercado do trabalho, estão a tornar a posição do trabalho em geral mais precária. Existe, por exemplo, uma tendência em várias formas de trabalho imaterial para esbater a distinção entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, ou seja, para uma extensão indefinida da jornada de trabalho que acaba por preencher a totalidade da vida. Outra tendência vai no sentido de impor ao trabalho imaterial um regime caracterizado pela ausência de contratos a longo prazo que o torna também precário através da flexibilidade (o desempenho de várias tarefas diferentes) e da mobilidade (constante mudança de local)’ (Negri e Hardt 2005: 77; ver também p.120).

mento fundamental de trabalho²⁸, consubstanciação essa que, em última instância, libertará o potencial necessário ao desenvolvimento de um processo facilitador da constituição do contra-império.

Neste sentido, visando a superação da perspectiva nacional e, por consequência, não demonstrando nostalgia em relação a estruturas de poder antecedentes – dada a apreensão das mesmas enquanto instrumento bárbaro²⁹ de repressão/exploração permanente³⁰ – Hardt e Negri advogam que a edificação do Império significa um avanço, ‘é boa *em si*, mas não *para si*’ (Hardt e Negri 2004: 61; itálico acrescentado). A globalização, a despeito de promover novas formas de exploração, não é apreendida como sendo algo de inteiramente negativo, porquanto, simultaneamente, cria novas condições de ‘empowerment’. A libertação face a constrangimentos antigos³¹ abre novas avenidas de emanci-

²⁸ Como foi referido, a divisão entre o trabalho e a vida, central para o paradigma industrial, começa a entrar em colapso, por via de um extensão do ‘tempo de trabalho’. Este – não se confinando mais somente às ‘quatro paredes da fábrica’ – passa tendencialmente a ocupar a totalidade do ‘tempo da vida’ (Negri e Hardt 2004). Por outras palavras, a partir do momento em que verificamos que uma das particularidades ‘da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial [...] reside no facto de ela não se destruir no acto do consumo, visto a mesma, alargar, transformar, criar o ambiente ideológico e cultural do consumidor’ (Lazzarato 1996: 138; ver também Lazzarato 2004). Podemos concluir que, de acordo com este argumento, é a própria vida que produz. Quer dizer, ao não se iniciar e concluir na fábrica, a actividade produtiva ou informacional, acaba, em última análise, por se prolongar em todos os sentidos e em todas as direcções.

²⁹ No quadro político em que Antonio Negri se move, não há lugar para ‘a defesa do Estado-nação, essa barbárie absoluta comprovada por Verdun e os bombardeamentos de Dresden e Hiroxima e, também, – permita-me – Auschwitz. Não sei como ainda é possível considerar o Estado-nação como sendo algo mais do que uma ideologia falsa e nociva’ (2004: 31). Para uma justificação biográfica do porquê da aversão à soberania nacional, ver Antonio Negri (2002).

³⁰ De um modo mais radical ainda, o discurso opõe-se a todas as tentativas de regresso às lutas sustentadas tanto na soberania nacional, como tomando por base as identidades locais, pois estas, ao impedirem a multidão ‘de se organizar espontaneamente a si própria e de exprimir de maneira autónoma a sua criatividade’ (Negri e Hardt 2000: 102), emergem como obstáculos reais à construção/implementação de uma ‘democracia global’. Em suma, só por via de um pensamento e acção globais é que a oposição ao Império se torna possível.

³¹ Mostrando-se céptico face a um posicionamento considerado demasiado optimista, Michael Rustin adverte-nos, e bem, para as possíveis consequências negativas – com visibilidade em crescendo não só, mas também no espaço da União Europeia – dessa libertação tão celebrada por Negri e Hardt: ‘o que pode seguir-se ao enfraquecimento de estruturas constrangedoras – conexas com os Estados-nação, as empresas, os sindicatos, os governos, famílias ou comunidades locais – não é um novo sentimento de liberdade, mas a intensificação dos níveis de ansiedade, expressa por via da hostilidade em relação aos estrangeiros, inimigos, migrantes, a todas as diferenças’ (Rustin 2002: 461; ver também Giovanni Arrighi 2003).

pação, logo, será a partir dessas oportunidades em aberto que, de acordo com Hardt e Negri, a resistência deve ser pensada. Em última análise, a ‘soberania imperial’ é, como já referi, o resultado da resposta do capital às lutas do passado, mas, simultaneamente, é considerado um espaço mais propício (do que as formas de soberania anteriores) para a implementação da resistência, face aos modos de exploração que na actualidade perpassam a experiência dos indivíduos. Dito de outro modo, partindo da hipótese de que é possível construir um mundo distinto daquele em que nos encontramos e dada a inexistência de exterioridade, as novas formas de luta a serem constituídas contra o Império devem partir do seu próprio seio, aproveitando-se para tal o facto de as sementes da sua própria destruição já se encontrarem a germinar³².

A quem incumbirá a execução dessa tarefa? Na resposta a esta questão encontramos um inimigo ‘que se opõe directamente ao Império, sem qualquer mediação entre os seus membros’ (Hardt e Negri 2004: 428-429). Dada a rejeição do reforço da soberania dos estados-nação, bem como de outras estruturas intermédias tais como os partidos políticos e os sindicatos³³, como via de luta contra o capital global, um papel de destaque é adstrito a um conceito que, não obstante a sua não juventude emerge com novas roupagens³⁴, i.e., a mul-

³² Estas sementes de destruição são visíveis, por exemplo, na dissolução das fronteiras anteriormente predominantes, dissolução essa na qual a multidão desempenha paradoxalmente o papel de protagonista. Por um lado, por ter contribuído para a emergência do Império, e ser beneficiária deste mesmo Império, por outro, visto o mesmo incentivar novas possibilidades de libertação, levadas a cabo por via dos movimentos migratórios (sobrevalorizados quanto ao número, são captados transversalmente como um dos principais meios de luta contra o Império). Neste sentido, o nomadismo constitui-se como o paradigma do ‘estar contra’, pois, ‘a resistência da multidão à sujeição – a luta contra a servidão que representa pertencer a uma nação, a uma identidade, a um povo e, por conseguinte, a deserção da soberania e dos limites que esta impõe à subjectividade – é inteiramente positiva. O nomadismo e a miscigenação surgem aqui como figuras da virtude, como as primeiras práticas éticas no terreno do império’ (Negri e Hardt 2000: 396). Em suma, pode-se afirmar que, na visão de Negri e Hardt, a erosão, tanto das fronteiras como das estruturas tradicionais de mediação, emergem como ‘oportunidades para novas formas de reconhecimento e mobilização colectivas’ (Rustin 2002: 455). Se assim é de facto, tenho algumas dúvidas, pois a experiência concreta mostra-nos a real complexidade destas questões.

³³ Para uma análise do porquê da insuficiência do ‘velho modelo sindical’ face aos novos desafios, ver Antonio Negri et Michael Hardt 2004 (146-147).

³⁴ A ideia de multidão é conceptualizada já não de acordo com a perspectiva negativa de Hobbes, mas seguindo a linha positiva de Espinosa, segundo a qual a democracia emerge em interconexão estrita com as capacidades criadoras da multidão.

tidão – espectral diríamos nós – nômade desligada de vínculos territoriais³⁵. Será por intermédio da sua acção e do que possui ‘em comum’ (a recusa da exploração por via do capital global), que formas alternativas de contrapoder devem ser geradas: ‘as forças criadoras da multidão que sustentam o Império são também capazes de construir de modo autônomo um contra-Império, quer dizer uma organização política alternativa das trocas e dos fluxos globais’ (Hardt e Negri 2004: 15-16). No fundo, perfilhando um ponto de vista bastante optimista, estes autores defendem não serem o ‘empowerment’, a ‘autonomia’, objectivos de difícil alcance, porquanto, sendo a multidão captada como fonte produtora de energia, é suficiente socorrermos da ‘capacidade criadora’, da ‘potência’ inerente à sua própria acção; ao ponto de afirmarem, de modo tão optimista: ‘o Império pretende-se o senhor deste mundo, porque pode destruí-lo. Ilusão monstruosa! Na realidade, somos [enquanto multidão] os senhores do mundo, porque o nosso desejo e o nosso trabalho o regeneram constantemente’ (Hardt e Negri 2000: 422).

Desta forma, sem demonstrarem nostalgia (ou indiciando mesmo, talvez, alguma hostilidade)³⁶ em relação ao grupo que, por excelência, tradicionalmente engendrou as principais lutas sociais, Michael Hardt e Antonio Negri apresentam a multidão como um conceito

³⁵ Em *Império*, não encontramos um esclarecimento claro do entendimento que os autores fazem do conceito, remetendo as referências ao mesmo, essencialmente, para as potencialidades de resistência que o perpassam. No entanto, ainda que de modo significativamente vago, em outros discursos são avançados mais alguns traços da multidão, referindo, por exemplo, Antonio Negri que o conceito remete para três sentidos distintos, ‘o primeiro é filosófico: a multiplicidade é aqui definida como uma multiplicidade de sujeitos [...] Uma multiplicidade irreduzível, uma quantidade infinita de pontos, um conjunto diferenciado, absolutamente diferenciado. [...] Em segundo lugar, a multidão é um conceito de classe: a classe das singularidades produtivas, a classe dos operários do trabalho imaterial. Uma classe que não é uma classe [não possui unidade – MM], mas que é o conjunto da força criativa do trabalho. [...] Terceiro aspecto: a multidão é uma potência ontológica. Isto significa que a multidão encarna um dispositivo que busca potencializar o desejo e transformar o mundo. Melhor: quer recriar o mundo à sua imagem e semelhança’ (Negri 2003: 107-108).

³⁶ A leitura sobre a ‘velha e sacrossanta classe operária’ não é nada abonatória, não se inibindo os autores de afirmar que a mesma, tendo sido organizada pelo capital, se encontrava ‘fechada sobre si mesma’ e, por isso, era exclusivista, designadamente em relação às mulheres e aos pobres. Relativamente aos pobres, afirmam taxativamente: ‘a corrente dominante da tradição marxista, contudo, sempre odiou o pobre, justamente pelo facto de ele ser ‘livre como um pássaro’, pela sua impermeabilidade à disciplina da fábrica e à disciplina necessária à construção do socialismo’ (Negri e Hardt 2000: 182; ver também Negri 2004: 89-90; e Negri e Hardt 2004: 139-140).

englobante – enquadrando o ‘conjunto de pessoas que produzem o mundo’ – que extravasa as suas fronteiras, para além do entendimento clássico do conceito de proletariado confinado à fábrica³⁷. Sendo constituída por uma diversidade de agentes sociais – migrantes, pobres, desempregados, domésticos, camponeses, prestadores de serviços pessoais, entre muitos outros – a multidão é, então, apreendida como um conjunto plural³⁸ que, encontrando-se disperso pela sociedade, é constituído pelas ‘subjectividades produtoras e criadoras da globalização, que aprenderam a navegar num mar imenso’ (Hardt e Negri 2004: 80). Em suma, o agente social activo, o sujeito histórico da mudança, não pode ser mais o proletariado na sua definição clássica, mas, tão-somente, a multidão, porquanto, em efeito do esvanecimento da fábrica enquanto local privilegiado da produção – e a consequente dispersão das capacidades produtivas, criativas por toda a sociedade – somente a multidão será capaz de responder aos desafios específicos colocados pelo modo de produção pós-fordista. Portanto, as capacidades produtivas e criativas não mais confinadas ao trabalho material, mas extensíveis à própria vida e, em consequência, as potencialidades biopolíticas que lhe são inerentes devem ser aproveitadas, uma vez que a potência dos indivíduos que produzem a partir da sua força psíquica, que criam pelo simples facto de se en-

³⁷ Para sermos mais precisos, o modo como em *Império* é captado este conceito difere do modo como usualmente é definido, ou seja, no mesmo são englobados não somente os membros constitutivos da denominada ‘classe operária industrial’ – considerada, não como o proletariado em si, mas, tão-somente como a representação de um momento parcial da sua história – mas também todos os que desenvolvem um trabalho que é alvo de exploração capitalista. Explicitando: a classe operária é parte constitutiva de um conjunto de forças produtivas, tão ou mais exploradas do que ela e que, no seu todo, constituem a multidão. Com esta ampliação do conceito de proletariado, as possibilidades de resistência ao Império crescem significativamente, visto que, a partir daqui, a ‘luta de classes irrompe potencialmente em todas as dimensões da vida’ (Negri e Hardt 2000: 439).

³⁸ Distinguindo-se da concepção unitária de povo, da uniformidade das massas e significando algo mais do que a classe, a multidão é composta, em suma, por ‘diferenças internas inumeráveis que não podem ser reduzidas a uma unidade ou identidade única: culturas, raças, etnias, géneros e orientações sexuais diferentes; diferentes formas de trabalho; modos de vida diferentes; diferentes visões do mundo, e desejos diferentes. A *multidão* é uma multiplicidade de todas estas diferenças singulares’ (Negri e Hardt 2004: 9).

contrarem vivos não pode ser desperdiçada³⁹. Daí a asserção dos autores, para quem (idem 2000: 15-16):

a nossa tarefa política não é simplesmente resistir aos processos em curso, mas reorganizá-los e reorientá-los em ordem a novos fins. As forças criadoras da multidão que sustentam o Império são também capazes de construir de modo autónomo um contra-Império, quer dizer, uma organização política alternativa das trocas e dos fluxos globais.

Resta acrescentar, porém, que Hardt e Negri pouco ou nada nos dizem sobre os modos de efectivação de tal projecto.

‘PROGRAMA POLÍTICO’ DA MULTIDÃO

Não obstante o extremo optimismo⁴⁰ presente ao longo de todo o discurso analisado quanto às capacidades da multidão para a construção de um contra-império, o optimismo de Michael Hardt e Antonio Negri desvanece-se quando é chegado o momento de apresentar as vias para o alcance de tal projecto. No final de *Império*, são-nos apresentadas algumas das estratégias mediadoras do que os autores consideram um possível ‘programa político para a multidão global’. No entanto, denotando insegurança significativa, o mesmo é apresentado de modo vago sem que sejam explicitados os modos necessários à sua implementação (talvez, pela inexequibilidade empírica do programa). Deste modo, apontam três linhas de acção por intermédio das quais os objectivos propostos poderão ser alcançados.

Em primeiro lugar, *o direito à cidadania global*, não restrita, como na actualidade, a uma determinada elite, mas, extensiva a todos os indivíduos. Se a mobilidade da força de trabalho consubstancia uma condição essencial à prosperidade do capitalismo, então, a gestão da

³⁹ Segundo a perspectiva negrihardtiana, que não considero, porém, verdadeiramente substantiva, ninguém é impotente, na medida em que ninguém é excluído da produção social, ‘o próprio pobre é poder. Há uma Pobreza Mundial, mas acima de tudo uma Possibilidade Mundial, e só o pobre dela é capaz’ (Negri e Hardt 2000: 182; ver também Negri e Hardt 2004: 139-142).

⁴⁰ Segundo a acepção de Giovanni Arrighi, encontramos-nos, muito provavelmente, perante a ‘leitura mais optimista proposta até hoje pela esquerda radical no concernente à natureza e consequências da globalização’ (2003: 32).

circulação, até agora nas mãos do capital, deveria ser deslocada, devendo, por isso, as decisões quanto ao timing e ao destino do movimento/circulação (ou à recusa de se mover), passarem a ser uma incumbência da própria multidão. Na verdade, 'é viajando e expressando-se através de um aparelho de reapropriação territorial, difusa e transversal que a multidão conquista o poder de afirmar a sua autonomia' e, por consequência, a sua legitimidade política (Hardt e Negri 2004: 433).

Em segundo lugar, partindo do pressuposto de, no contexto biopolítico imperial, ser impossível o estabelecimento de distinções claras entre trabalho produtivo, reprodutivo e improdutivo, Hardt e Negri advogam o *direito a um salário social mínimo*, visto, contrariamente ao 'salário familiar', este cobrir a totalidade da multidão que produz. Ou seja, este direito justifica-se, porque, 'a produção tornou-se inteiramente biopolítica, trata-se, portanto, de remunerar a vida' (Negri 2003: 61).

Por fim, salientando as potencialidades libertadoras da linguagem e das redes de comunicação, é feita a proposta de a multidão se *reapropriar dos meios de produção*, o que, em última análise, 'significa o livre acesso ao conhecimento, à informação, à comunicação e aos afectos e o controlo sobre eles – uma vez que se contam entre os principais meios da produção biopolítica' (Negri e Hart 2000: 442). Esta última exigência política justifica-se, porque, de acordo com a perspectiva hardtnegriana, apesar de a multidão, ao se tornar 'mais maquina', passar a integrar, no seu corpo e no espírito, os meios de produção, isso não implica necessariamente o seu controlo sobre os mesmos; logo, só por intermédio dessa reapropriação será possível intentar o alcance do 'autocontrolo' e de uma 'autoprodução autónoma' por parte da multidão.

Embora, num primeiro momento, estas propostas possam ser consideradas interessantes, na passagem para a experiência concreta as linhas de acção propostas revelam-se problemáticas, dadas as dificuldades claras inerentes à implementação das mesmas.

No respeitante à *cidadania global*, por exemplo, embora a ideia seja atraente e a sua construção desejável, dificilmente será realizável numa cartografia ainda dominada por estados-nação e suas fronteiras respectivas. Não obstante a existência de uma desterritorialização quase ilimitada do capital – a par de restrições claras à movimentação dos indivíduos que constituem, para mim, uma das injustiças mais profundas da experiência actual – devemos estar igualmente

conscientes dos condicionalismos que perpassam a construção de uma cidadania global. Isto porque, nas condições concretas actuais, a dissolução das fronteiras nacionais de per si, sem a paralela implementação de qualquer tipo de regulamentação dos fluxos migratórios, muito provavelmente iria produzir, por um lado, a invasão dos países centrais ou desenvolvidos pela mão-de-obra barata de países periféricos ou subdesenvolvidos e, por outro, consequência do anterior, a revolta dos cidadãos dos países de acolhimento. Daí a importância de tomarmos em consideração as palavras de Giovanni Arrighi (2003: 37), que alerta para as cautelas que devemos ter, em relação ao ponto de vista optimista presente em *Império* acerca das consequências de uma migração em massa, porque, em vez de a mesma promover

maior solidariedade, igualdade e democracia entre as divisões nacionais, civilizacionais, de raça e de sexo. Parece-me a mim que os anos 90 forneceram de um modo concludente argumentos, contra a visão idealizada e idealista da multidão apresentada por Hardt e Negri, e a favor da advertência anteriormente avançada por mim de que uma intensificação da competição no mercado global – especialmente intensificação por via da migração da força de trabalho – poderia reforçar os posicionamentos patriarcais, racistas e chauvinistas do proletariado mundial.

Por sua vez, quanto ao *direito universal a um salário social*, ideia igualmente instigante⁴¹, mas quem e com que dinheiro é que o mesmo poderia ser implementado? Restando acrescentar que, pessoalmente, sou um acérrimo defensor da implementação de um *rendimento mínimo garantido*, mas, não em termos universais, porque, contrariamente à perspectiva negrihardtiana, na minha aceção a viabilidade da sua realização estará sempre dependente (pelo menos por enquanto) da concepção e, consequente, implementação de políticas sociais públicas territorializadas.

Colocando-se numa perspectiva crítica semelhante, para Giovanni Arrighi (2003) as dificuldades inerentes à realização das linhas de acção propostas por Hardt e Negri residem, em grande parte, no facto

⁴¹ Deve-se acrescentar que a implementação de um rendimento garantido com o intuito de libertar o trabalho produtivo face à exploração do capitalismo era uma das ideias-chave defendida pelo movimento autonomista italiano desde os anos 70.

de a perspectiva negrihardtiana partir de um pressuposto não vislumbrável na experiência actual. Isto é, o alcance, tanto da cidadania global como de um salário social, estariam dependentes de um duplo movimento de equalização das condições de vida a ser desenvolvido pelo capital, designadamente por via da ‘mobilidade do capital de Norte para Sul’, por um lado, e, da ‘mobilidade da força de trabalho do Sul para o Norte’, por outro. No entanto, o que a análise empírica demonstra é a não operacionalidade desses mecanismos, a não circulação do trabalho e do capital tal como Michael Hardt e Antonio Negri pretendem, o que, em última instância, significa que o ‘percurso para a cidadania global e para um rendimento garantido para todos os cidadãos se encontra muito mais distante e é muito mais acidentado e traiçoeiro do que Hardt e Negri nos querem fazer crer’ (Arrighi 2003: 33).

NOTA CONCLUSIVA

Deixando de lado a polemicidade da proposta de leitura apresentada, interessa salientar um aspecto que ganha interesse pelo facto de constituir um novo olhar sobre o processo em curso, i.e., o facto de a perspectiva negrihardtiana, absolutizando a importância das lutas desencadeadas a partir dos anos 1960, advogar que a nova forma global de soberania pode ser interpretada como o resultado das reacções do capital às crises propugnadas por esses movimentos. Embora esta tese não se encontre, igualmente, isenta de questionamento, designadamente no respeitante aos intentos liberais de desmantelamento do estado-providência, ganha uma importância-chave no seio da argumentação tecida pelo discurso de Hardt e Negri. Isto na medida em que facilita a explicitação de um outro ponto de vista (também ele provocador), segundo o qual a globalização, apesar de incentivar novas formas de exploração, é, no seu âmago, positiva, visto transportar novas potencialidades de empowerment. Como referi, na visão de Michael Hardt e Antonio Negri, a soberania imperial é considerada, comparativamente a formas de soberania anteriores, uma estrutura mais propícia à efectivação de novos tipos de resistências (pois, as antigas foram, até certo ponto, absorvidas) perante os modos de exploração que, na actualidade, atravessam a nossa experiência.

Como vimos, esta tese encontra justificação nas metamorfoses fo modo de produção capitalista que, ao desembocarem numa gradativa

hegemonia do trabalho imaterial e, por consequência, em condições de produção e reprodução mais intelectuais, cognitivas, comunicacionais, relacionais e afectivas, acabaram por propugnar a constituição de novas potencialidades. Isto é, o trabalho imaterial, ao exigir a cooperação produtiva para a sua efectivação, produz formas de vida social e subjectividades que podem, por isso mesmas, ser denominadas de trabalho biopolítico. Assim sendo, apesar de Antonio Negri e Michael Hardt delinarem um quadro onde os biopoderes, o poder sobre a vida, atinge dimensões nunca antes experienciadas pela sociedade humana, advogam não ser este um processo unidimensional potencialmente totalitário. Na verdade, ao tomarem em consideração as experiências de subjectivação e de liberdade que nesse mesmo processo são produzidas⁴², retomam a categoria de biopolítica anteriormente trabalhada por Michel Foucault, mas, agora, reequacionada enquanto potência da vida. Em síntese, a positividade do discurso negrihardtdiano revela-se no ponto em que, ao chamar à atenção para uma biopolítica afirmativa potenciadora do sujeito, permite enfatizar as potencialidades que os corpos e as mentes transportam consigo, potencialidades essas a serem aproveitadas na luta contra os biopoderes.

REFERÊNCIAS

- Arrighi, Giovanni
2003 'Lineages of Empire'. In *Debating Empire*. Editado por Gopal Balakrishnan. Londres: Verso. pp. 29-42.
- Bauman, Zygmunt
1999 *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar Editor [Edição original: *Modernity and Ambivalence*, 1991]
- Deleuze, Gilles
2003 *Conversações*. Lisboa: Fim de Século.

⁴² Será neste sentido que deve ser apreendida a asserção de Maurizio Lazzarato, quando afirma que 'nas sociedades de controlo, o objective não é mais o de *apropriação* tal como nas sociedades de soberania, nem o de *combinar e aumentar o poder das forças* tal como nas sociedades disciplinares, mas o de *criar mundos*' (2004: 202).

European Communities

2002 *European Social Statistics: Income, Poverty and Social Exclusion. 2nd Report.* Luxemburgo: Office for the Official Publications of the European Communities.

Foucault, Michel

1975 *Surveiller et Punir: Naissance de la Prison.* Paris: Gallimard.

Hardt, Michael; Negri, Antonio

2004 *Império.* Lisboa: Editora Livros do Brasil. [Edição original, *Empire*, 2000].

2005 *Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império* Lisboa: Campo das Letras.[Edição original, *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire.* 2004]

Lazzarato, Maurizio

1996 'Immaterial Labour'. In *Radical Thought in Italy: A Potential Politics.* Editado por Paul. Virno e Michael Hardt. Minneapolis: University of Minnesota Press. pp.133-47.

2004 'From Capital-Labour to Capital-Life'. *Ephemera* 4 (3). pp. 187-208. URL: <<http://www.ephemeraweb.org/journal/4-3/4-3lazzarato.pdf>>

Menezes, Manuel

2006 'Discursos sobre os Riscos Sociais até à Modernidade Tardia'. Dissertação de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa.

Negri, Antonio

2003 *Del Retorno: Abecedario Biopolítico.* Barcelona: Editorial Debate. [Edição original, *Du Retour*, 2002]

2004 *Guias: Cinco Lecciones en Torno a Imperio.* Barcelona: Paidós. [Edição original, *Guide: Cinque Lezioni su Impero e Ditorni*, 2003]

2005a *Europa y el Império: Reflexiones Sobre un Proceso Constituyente.* Madrid; Ediciones Akal. [Edição original, *L'Europe e L'Impero: Riflessioni su un Proceso Constituyente*, 2003]

2005b 'A Obra de Foucault'. *Conceito: Revista de Filosofia e Ciências do Homem* 1. pp.225-37.

Pelbart, Peter Pál

2003 *Vida Activa: Ensaio de Biopolítica.* São Paulo: Iluminuras.

- Rustin, Michael
2002 'Empire: A Postmodern Theory of Revolution'. *New Political Economy* 7 (3). pp.451-62.
- Tilly, Charles
2003 'A Nebulous Empire'. In *Debating Empire*. Editado por Gopal Balakrishnan. Londres: Verso. pp. 26-8.
- Townsend, Peter; Gordon, David
1999 *Poverty, Social Exclusion and Social Polarization: Applying the 1995 UN Programme of Action on Absolute and Overall poverty to all Countries*. Lisboa: CESIS.
- Virilio, Paul
2001 *Virilio Live: Selected Interviews*. Londres: Sage Publications.

**A Biopolítica Enquanto Potência da Vida:
Contrapoder e os Biopoderes
Contemporâneos**

**Bio-Politic as Life Potency: Counter-Power
and the Contemporary Bio-Powers**

Sumário

Summary

A abordagem crítica sobre a obra de Antonio Negri e Michael Hardt, acerca dos conceitos de biopoder e império, é orientada, neste artigo, em particular, para o modo como Hardt e Hardt são, simultaneamente, tributários do pensamento de Michel Foucault sobre biopolítica e avançam, por outro lado, novas possibilidades críticas e de contrapoder, na forma de potência da vida, contra a vigilância e o controlo na experiência actual.

The critical approach to Michael Hardt and Antonio Negri's work, on the concepts of bio-power and empire, is oriented, in this article, particularly towards the way Hardt and Negri are, simultaneously, tributary to Michel Foucault's thought on bio-politics and advance, on the other hand, new critical possibilities of counter-power, in the form of life potency, against surveillance and control in current experience.